

# ONTOLOGIA III





UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA

**FILOSOFIA**  
licenciatura a distância

# ONTOLOGIA III

*Celso R. Braidá, Débora Pazetto Ferreira, Michelle C.  
Olsen e Emmanuelli S. Padilha.*



**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério  
da Educação

Governo  
Federal

Florianópolis, 2010.

## **GOVERNO FEDERAL**

*Presidência da República  
Ministério de Educação  
Secretaria de Ensino a Distância  
Coordenação Nacional da Universidade Aberta do  
Brasil*

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*Reitor Alvaro Toubes Prata  
Vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva  
Secretário de Educação à Distância Cícero Barbosa  
Pró-reitora de Ensino de Graduação Yara Maria Rauh  
Müller  
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Débora Peres  
Menezes  
Pró-reitora de Pós-Graduação Maria Lúcia de Barros  
Camargo  
Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social Luiz  
Henrique Vieira da Silva  
Pró-reitor de Infra-Estrutura João Batista Furtuoso  
Pró-reitor de Assuntos Estudantis Cláudio José Amante  
Centro de Ciências da Educação Wilson Schmidt*

## **CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

*Diretora Unidade de Ensino Roselane Neckel  
Chefe do Departamento Celso Reni Braidá  
Coordenador de Curso Marco Antonio Franciotti  
Coordenação Pedagógica LANTEC/CED  
Coordenação de Ambiente Virtual LAED/CFM*

## **PROJETO GRÁFICO**

*Coordenação Prof. Haenz Gutierrez Quintana  
Equipe Henrique Eduardo Carneiro da Cunha,  
Juliana Chuan Lu, Laís Barbosa, Ricardo Goulart  
Tredezini Straioto*

## **EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS**

### **LABORATÓRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS - LANTEC/ CED**

*Coordenação Geral Andrea Lapa  
Coordenação Pedagógica Roseli Zen Cerny*

### **Material Impresso e Hiperídia**

*Coordenação Laura Martins Rodrigues, Thiago Rocha  
Oliveira*

*Adaptação do Projeto Gráfico Laura Martins Rodrigues,  
Thiago Rocha Oliveira*

*Diagramação Maiara Ariño e Talita Ávila Nunes*

*Ilustrações Amanda Woehl, Grazielle S. Xavier e Jean  
Henrique Menezes*

*Tratamento de Imagem Amanda Woehl, Grazielle S.  
Xavier e Jean Henrique Menezes*

*Revisão gramatical Hellen Melo Pereira, Daniela Piantola*

### **Design Instrucional**

*Coordenação Isabella Benfica Barbosa  
Designer Instrucional Priscilla Stuart da Silva*

Copyright © 2010 Licenciaturas a Distância FILOSOFIA/EAD/UFSC  
*Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada sem a  
prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.*

O59

Ontologia III / Celso R. Braidá ... [et al.] . – Florianópolis : FILOSOFIA/  
EAD/UFSC, 2011.

170 p. il.

inclui bibliografia.

UFSC. Curso de Licenciatura em Filosofia na modalidade a distância.

**ISBN:07.007.007-7**

1. Ontologia. I. Braidá, Celso Reni.

**CDU 007.07**

Catálogo na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
1.1 Condições de existência e condições de identidade.....	14
<b>2. REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO .....</b>	<b>23</b>
2.1 Realismo.....	27
2.2 Nominalismo.....	35
2.3 Conceptualismo .....	42
<b>3. O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO.....</b>	<b>47</b>
3.1 O quadrado aristotélico .....	51
3.2 O monismo nominalista .....	54
3.3 O quadrado fregeano.....	57
3.4 Uma ontologia mono-categorial.....	62
3.5 Uma ontologia quadri-categorial.....	65
3.6 Implicação categorial.....	69

<b>4. DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA E RELAÇÕES CONCEITUAIS .....</b>	<b>73</b>
4.1 Relações de dependência .....	76
4.2 A independência ontológica.....	81
4.3 Fundação e emergência ontológica .....	84
4.4 Níveis de realidade e implicação conceitual.....	88
<b>5. SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS .....</b>	<b>93</b>
5.1 O problema da referência das expressões .....	100
5.2 Efetivo, objetivo e subjetivo .....	112
<b>6. NOÇÕES DE ONTOLOGIA DA REALIDADE SOCIAL .....</b>	<b>121</b>
6.1 A ontologia social de John Searle .....	125
6.2 A Natureza da realidade social e institucional.....	127
6.3 Fatos brutos e Fatos institucionais.....	127
6.4 Um modelo simples de construção da realidade social...	130
6.5 Intencionalidade coletiva, atribuição de função e funções de status .....	131
<b>7. A ONTOLOGIA DA OBRA DE ARTE EM INGARDEN .....</b>	<b>139</b>
7.1 Considerações Ontológicas acerca da Obra de Arte Literária .....	145
7.1.1 <i>A Estrutura da Obra de Arte Literária</i> .....	148
7.1.2 <i>Formações fônico-linguísticas</i> .....	149
7.1.3 <i>As unidades de significação</i> .....	152
7.1.4 <i>Objetividades Apresentadas</i> .....	156
7.1.5 <i>Aspectos Esquemáticos</i> .....	159
7.2 As bases ônticas da Literatura .....	160
7.3 Outros Tipos de Obra de Arte .....	162
7.4 As Obras de Arte Teatrais, Musicais e Pictóricas.....	163
7.5 Possíveis Desenvolvimentos das Teorias de Ingarden .....	169

<b>8. A NOÇÃO DE REALIDADE VIRTUAL .....</b>	<b>173</b>
8.1 A noção de potência .....	178
8.2 O virtual como símile.....	181
8.3 Análise ontológica .....	183
8.4 Revisão do conceito de virtual .....	187
8.5 A definição de virtual.....	189
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>





## APRESENTAÇÃO

*O objetivo desse livro é apresentar conceitos e procedimentos de análise ontológica e aplicá-los na exposição e discussão de tópicos de ontologia contemporânea. A compreensão subjacente de ontologia é definida pela tarefa de explicitar as noções de ser e existência implícitas nos diferentes discursos e práticas com pretensão de sentido e validade, sobretudo naqueles em que se pretende dizer o que é isso que há, o que poderia haver mas não há, o que há e não poderia haver, ou ainda o que não há e não pode haver. Dessa maneira, nós admitimos um escopo mais amplo para os estudos ontológicos do que aquele proposto por Aristóteles. O filósofo, com efeito, sugeriu que a filosofia primeira, depois denominada “metafísica”, tinha por objeto todos os entes existentes, mas apenas no que concerne ao seu ser. Mais tarde, sobretudo a partir de Duns Scotus e Leibniz, essa ciência passou a considerar não apenas os entes existentes, mas também as entidades possíveis. Nos dias correntes, porém, as discussões ontológicas são pautadas, em geral, pelas indicações de Alexius Meinong, Edmund Husserl e Roman Ingarden. Para Meinong, que defendia uma “metafísica livre”, o escopo da teoria dos objetos deveria incluir, além das entidades existentes e possíveis, também as impossíveis, além de abrir espaço para objetos que estariam para além de ser e de não-ser. Essa posição é bastante controversa. A orientação de Husserl consiste em manter esse escopo alargado, mas distinguindo claramente entre ontologia formal e ontologias materiais. As ontologias materiais exploram os conceitos de domínios de realidades particulares, como o da natureza, da consciência, da sociedade, da*

*matemática, etc.; a ontologia formal explora os conceitos ontológicos formais, tais como os de objeto, estado de coisa, propriedade, relação, todo e parte, número, etc., que se aplicam a todos os domínios de objetos e entidades.*

*Nesse livro, seguimos a sugestão de Roman Ingarden, que subdividiu o escopo da ontologia em três domínios: o existencial, o formal e o material. A ontologia existencial considera as condições de existência de uma entidade, como as formas de dependência, modalidade e temporalidade; a ontologia material considera os diferentes tipos de entidades, como as espaço-temporais, as psicológicas e as históricas; já a ontologia formal considera as diferentes entidades quanto à forma: objeto, propriedade, evento, processo, relação, estado de coisa, sistema. Desse modo, o escopo máximo é mantido em todos os âmbitos da ontologia, pois essa investigação explora a entidade dos entes e a objetividade dos objetos, no plano do conceito, de tal modo a explicitar as suas condições de existência e de identidade sem restringir-se à descrição do que há atualmente. A concepção subjacente de ontologia e de filosofia é de que aí se trata de explicitação e de análise de conceitos, esquemas e proposições, implícitos nas nossas práticas discursivas, filosóficas, científicas, políticas, poéticas e técnicas, com pretensão de sentido, validade e verdade objetiva. Nos primeiros cinco capítulos são expostos conceitos básicos e distinções; nos últimos três, esses conceitos e distinções são aplicados a temas específicos. Para uma melhor compreensão do conteúdo discutido, sugere-se a leitura e o domínio prévio dos conteúdos dos livros *Ontologia I* e *Ontologia II*.*

*Esse livro é uma obra coletiva, produto das atividades de pesquisa e discussão por mim orientadas no Núcleo de Investigações Metafísicas do Departamento de Filosofia da UFSC. O livro é composto de oito capítulos; a organização e concepção, bem como os capítulos 1, 3, 5 e 8 são de minha autoria; os capítulos 2 e 4 são de autoria de Michelle C. Olsen, o capítulo 6 foi escrito por Emmanuelli S. Padilha e o capítulo 7 por Débora Pazetto Ferreira.*

*Celso R. Braidá*

*Florianópolis, agosto de 2010.*

## ■ CAPÍTULO 1 ■

### A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA

Neste capítulo, indicamos a tarefa e o escopo da ontologia, bem como a metodologia utilizada, e introduzimos os conceitos de entidade e objeto. Esta distinção é importante para se evitar a confusão entre as realidades e as elaborações mentais, linguísticas e imaginárias que, embora objetivas, não têm consistência ontológica autônoma.



## 1. A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA

No dia a dia, seguidamente nos defrontamos e fazemos a tentativa de responder questões do tipo “o que há/existe?” e “o que é isso que há/existe?”. Essas questões são cotidianas e em geral sabemos responder para a maior parte dos casos, sobretudo quando restringimos a questão a um domínio particular. O problema é que há diferentes respostas para essas questões, e além disso tais questões, o mais das vezes, são feitas com um escopo ilimitado. **Então surge o problema: como arbitrar entre as diferentes respostas?** A ontologia, pode-se dizer, é a elaboração teórico-conceitual das noções e esquemas que permitem explicitar o que é dito com “há” e “existe” (conceitos de existência e ente) e com a identificação e diferenciação de entidades e objetos (conceito de identidade ontológica, de ser). As diferentes ontologias estabelecem uma armação conceitual pela qual se podem avaliar as suposições ontológicas, isto é, as postulações de existência e de identidade para entidades, fixando os sentidos em que se diz “é”, “há” e “existe”.

**Na linguagem da vida nós dizemos e reconhecemos como significativas, e às vezes como verdadeiras, frases do tipo das seguintes:**

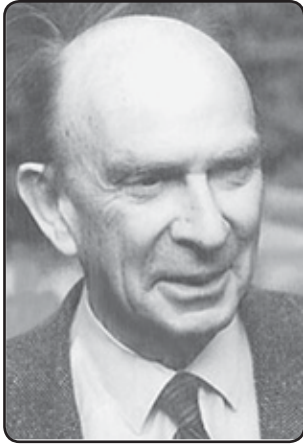
- (i) A bola é azul.
- (ii) Cato é honesto.
- (iii) A honestidade é uma virtude.
- (iv) A morte de Cato foi violenta.

Admita-se que essas frases sejam pronunciadas numa situação e que nela sejam aceitas como verdadeiras. Segue-se que **há** nessa situação coisas tais como bola, azul, Cato, honestidade, virtude, morte? Digamos que esse seja o caso; então, cabe a pergunta: essas coisas **são** no mesmo sentido? Em outras palavras, é no mesmo sentido que afirmamos que **há/existe** a bola, o azul, Cato, a honestidade, a morte?

Essas questões indicam o que entendemos por investigação ontológica e a partir disso podemos então fixar provisoriamente a tarefa da ontologia como a de explicitar teoricamente a esfera semântica das expressões “há/existe/é”, e de propor critérios para se dizer que algo existe e para se dizer que algo é tal ou qual. Em termos mais técnicos, uma ontologia estabelece as **condições de existência e as condições de identidade** para entidades e objetos. A partir de uma exposição dessas condições e critérios, podemos dizer e ajuizar com segurança o que há e o que é isso que há.

### 1.1 CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA E CONDIÇÕES DE IDENTIDADE

Os dados elaborados na ontologia são as frases em que se diz que há algo ou em que se diz o que é isso que há. **A concepção defendida aqui é de que as noções ontológicas têm de ser destiladas das nossas práticas discursivas com pretensão objetiva formal e material, pois uma proposição ontológica está condicionada em sua pretensão de sentido e validade tanto pela noção de experiência objetiva quanto pela noção de inferência válida.** Embora um contraexemplo efetivo, empírico ou formal, seja dificultoso em função do grau de abstração das proposições ontológicas, esses são os únicos critérios disponíveis para a correção e o controle de suposições ontológicas. Nesse sentido, uma ontologia torna-se aceitável na medida em que é congruente com a experiência objetiva



P. F. Strawson (1919 - 2006).  
Fonte: <http://www.cfh.ufsc.br/~conte/txt-strawson.html>.

e com os padrões objetivos de raciocínio válido que embasam as asserções sobre a existência e a identidade de entidades.

Esse tipo de investigação conceitual foi denominado por **P. F. Strawson** “metafísica descritiva”, a qual, segundo ele, trataria principalmente das categorias, dos conceitos e de suas relações recíprocas, da estrutura conceitual que se perfaz quando procuramos explicitar a estrutura da predicação e da forma lógica das proposições codificadas por nossas frases com sentido. Embora se aceite como bem posta essa concepção, adota-se aqui o viés de **Ingarden**, pelo qual a ontologia é também uma análise do conteúdo dos conceitos, explicitadora e investigadora de possibilidades e conexões reais entre os momentos desses conteúdos. Ambos contrapõem esse tipo de análise às pretensões da tradicional disciplina Metafísica, entendida como investigação da existência e da realidade efetiva de entidades e propriedades.



Ingarden (1893–1970).  
Fonte: <http://en.academic.ru/dic.nsf/enwiki/933365>.

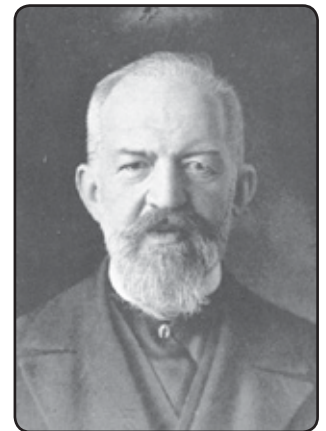
A investigação aqui denominada “ontologia”, por conseguinte, quer ser uma investigação conceitual, mais especificamente, de explicitação, análise e construção de conceitos utilizados para pensar e dizer as coisas e os acontecimentos, seja daqueles conceitos que nós efetivamente aplicamos, seja daqueles que nós poderíamos aplicar nos mais diferentes âmbitos do pensamento. A adoção dessa estratégia desfaz previamente aquela tensão existente entre metafísica e ciência, resultante da falsa ideia de um acesso especial ao real, ao mesmo tempo em que estabelece claramente o âmbito das investigações ontológicas: **explicitar e instaurar esquemas conceituais** que sirvam de indicações para o pensamento e para a prática em meio à vida vivida conscientemente.

Todavia, ainda assim restam pelo menos duas grandes vias de acesso ao âmbito ontológico, indicadas aí pelos nomes Strawson e Ingarden: a via **lógico-semântica** configurada por Frege e Tarski, e a via **fenomenológica** de Husserl e Ingarden. A nossa suposição é que o diálogo entre essas duas perspectivas nos conduzirá aos conceitos apropriados. Não se trata de reduzir a ontologia à Fenomenologia (como fez Heidegger, seguindo Husserl) nem de reduzi-la

à Semântica Formal (como fez Tugendhat, seguindo Wittgenstein). Trata-se antes de **revisar** e de **reconfigurar** tanto os conceitos quanto os conteúdos, tanto as formas quanto os significados. Até se alcançar o ponto em que essas reduções e perspectivas sejam visualizáveis como caminhos entrecruzados na difícil e incontornável tarefa de estabelecer **uma base analítica comum para o ajuizamento e a resolução das discussões e conflitos** cujas raízes são as próprias fundações do sentir, do agir e do falar subjacentes à vida consciente, capaz de dar e receber razões do que sente, diz e faz. A tarefa primária de uma ontologia, portanto, é estabelecer uma plataforma teórica capaz de explicitar as diferentes posições e conflitos teóricos que emergem das tentativas de articular e dizer o que é isso que há.

A partir dessa posição, faremos a experiência de tratar e analisar as proposições e os conceitos ontológicos como sendo autônomos em relação aos conceitos **semânticos** (gramaticais, linguísticos), no contexto da tradição de análise lógico-semântica (Frege, Tarski, Davidson), ao mesmo tempo em que os diferenciamos dos conceitos **intencionais** (fenomenológicos, psicológicos) da tradição das teorias do objeto de Meinong, **Twardowski** e Husserl. A hipótese-guia para essa revisão é de que os conceitos ontológicos permanecem irreduzíveis a conceitos semânticos e intencionais, ou seja, de que a análise da linguagem e a análise da consciência intencional, embora constituam procedimentos legítimos de explicitação e de esclarecimento conceituais, não dispensam nem substituem a **análise ontológica**, esta última concebida como **análise da coisa mesma** da fala e do pensamento, a saber, **análise daquilo** de que se fala e sobre o que se pensa. Faz-se ainda a tentativa de tornar óbvia a condição de fundados e dependentes dos conceitos semânticos e fenomenológicos, de linguagem e de consciência, em relação aos conceitos ontológicos básicos, tanto material quanto formalmente, embora se admita que na ordem da descoberta estes sejam posteriores. Porém, a principal consequência da atitude teórica aqui adotada consiste na inviabilização da transferência indevida de conceitos e distinções gramático-linguísticas para o âmbito ontológico.

A metódica, para tornar isso evidente, consiste na utilização de um procedimento baseado em quatro indicações: a ideia de



Twardowski (1866–1938).  
Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kazimierz\\_Twardowski\\_1933.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kazimierz_Twardowski_1933.jpg)



**definibilidade**, - de que conceitos ou momentos um conceito qualquer é definível, de Tarski e Husserl; a ideia decorrente de **ordem de prioridade conceitual** – quais conceitos um conceito qualquer pressupõe, de Martin-Löf (1942- ) e Chisholm (1916-1999); as ideias de **fundação e dependência** ontológica, de Husserl e Simons (1950- ); e, por fim, a ideia de **ordem de aplicação** de conceitos, de Davidson. A hipótese é de que a conjugação dessas indicações, e sua aplicação sistemática ao conteúdo expresso por frases significativas, irá permitir a explicitação de conceitos e categorias ontológicos, bem como estabelecer sua localização nos quadros referenciais teóricos de fundo. Além disso, admitida essa estratégia metódica, segue-se de modo natural o questionamento da tese tão difundida da relatividade ontológica (à linguagem, à consciência, ou à cultura), pois essa tese sugere e tem como consequência que os conceitos ontológicos (e metafísicos), mesmo quando legítimos, são definíveis, fundados e dependentes em relação à linguagem ou à consciência. Implica também que os conceitos ontológicos sejam de ordem derivada em relação aos conceitos semântico-gramaticais ou intencional-fenomenológicos. Mas essas consequências apenas se dão se a linguagem e a consciência forem postas como independentes e infundadas; porém, tanto a noção de linguagem quanto a de consciência têm sido pensadas como fundadas na noção de ato, para mencionar apenas um conceito que, assim, é suposto como *anterior* aos conceitos de linguagem e consciência, mesmo ali onde se defende veementemente a tese da relatividade ontológica. Esse questionamento significa sobretudo recusar o modo como os conceitos ontológicos foram **dispensados** em favor dos conceitos de consciência e de linguagem desde Kant e Wittgenstein. O ponto de ancoragem dessa recusa está no procedimento metódico que obriga a pensar esses conceitos como também definidos e fundados, e cuja aplicação pressupõe que outros conceitos mais básicos sejam aplicáveis.

Utilizaremos a distinção entre **entidade e objetividade** para indicar uma solução para um plexo de distinções que têm sido assunto polêmico entre os ontólogos, a saber: as distinções entre entes e objetos reais e irrealis, entre objetos de primeiro nível e de níveis superiores, entre existentes e subsistentes, concretos e abstratos,

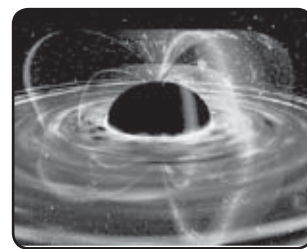
particulares e universais, etc. Nisso confundem-se vários problemas e ambiguidades, mas as confusões nascem sobretudo da imprecisão terminológica, da qual não escapam nem os melhores textos dos melhores pensadores.

Neste livro, por **entidade** sempre será entendido algo real, isto é, algo no qual tanto um outro algo quanto atos semânticos e intencionais podem estar fundados; **objetividade**, ao contrário, sempre será indicada para algo fundado, seja num ato semântico seja num ato intencional.

Essa distinção retoma as distinções feitas por Grossmann (2004, p. 139-142) e Butchvarov (1979, p. 40-55), em que são introduzidas variáveis para **objetos** e variáveis para **entidades** com o propósito de resolver o problema da semântica de frases existenciais negativas. Além disso, nessa distinção ecoa aquela de Husserl entre objetos reais e objetos irrealis. Desse modo, podemos dizer que a Lua e Bruna Lombardi são objetividades, pois são conteúdos, ou partes de conteúdos semânticos ou intencionais, mas que além disso são também entidades, pois ambas constituem suportes ônticos para outras entidades e eventos, e também servem de fundação para atos semânticos e intencionais; o Dragão Lunar e *Diadorim*, ao contrário, são tão somente objetividades. Hoje, em 2010, a partícula denominada “*Bósons de Higgs*” ainda é apenas uma objetividade que os físicos postulam existir, isto é, que supõem como existente para efeitos teóricos.

Com essa distinção espera-se poder mostrar que o antigo e persistente problema dos irrealis e dos objetos inexistentes dissolve-se; todavia, o cerne de onde ele nasce não é simplesmente denegado, mas repensado e revisado a partir de conceitos mais claros e precisos. Contudo, essa é apenas uma primeira fissura no sentido da expressão “Há/existe isso e aquilo”, pois o uso dessa expressão não distingue o haver de uma objetividade do haver de uma entidade. Os conceitos de objeto e de entidade, contudo, não introduzem já categorizações ontológicas, pois diferentes tipos e modos de ser constituem-se como objetos e entidades. As peças de xadrez, o jogo de xadrez, o ato de mexer as peças, o ato de abrir uma partida,

Personagem do romance  
**Grande Sertão: Veredas**,  
escrito em 1956 por Guimarães  
Rosa



Também chamada de  
“partícula de Deus” pela  
imprensa de todo o mundo.  
Em 1964 o professor escocês  
Peter Higgs sugeriu a  
existência dessa partícula,  
que teria sido a responsável  
pela conversão da matéria  
inicialmente criada no  
Big Bang na massa que  
conhecemos hoje. Fonte:  
[http://www.exitmundi.nl/  
BlackHole\\_lab.gif](http://www.exitmundi.nl/BlackHole_lab.gif)

a decisão de abandonar a partida, o campeonato, o empate técnico, o sentimento de fracasso, etc. são capturáveis como objetos e entidades. A decisão, por exemplo, de admitir indivíduos substanciais e estados de coisas, ou de admitir apenas fatos e eventos como primários, já é uma tomada de posição teórica em ontologia.

**O ponto visado por essas lições é o de apresentar a investigação ontológica como momento indispensável da atividade filosófica, especificamente no sentido de mostrar, primeiro, que a metafísica e a ontologia são passíveis de investigação atual e não somente histórico-filológica; segundo, que os conceitos ontológicos são irreduzíveis aos conceitos epistemológicos, semânticos, estéticos, éticos, políticos, etc., além de não serem redutíveis nem substituíveis pelos conceitos das diferentes ciências empíricas e formais.**

O ataque correto e justo à Metafísica tradicional representou o golpe de morte a um tipo de legitimação e validação que garantia ao filósofo um lugar na instituição da Ciência e da Técnica. Diante desse ataque bem-sucedido, restou aos filósofos a legitimação por meio da subordinação da atividade filosófica a uma ou outra ciência: a Linguística, a Psicologia, a Matemática, a Sociologia, a Etnografia, etc. Outros, mais cientes da natureza da filosofia, a partir da via transcendental do a priori buscaram as condições de possibilidade de sentido, pela via da semântica ou da intencionalidade; ou ainda a conciliação dessas duas posturas, a via da metaciência e do metadiscurso. De qualquer modo, essas estratégias tinham um custo e uma desvalorização: o custo da eliminação da ontologia e da metafísica como disciplinas fundantes, e a depreciação do discurso filosófico, que agora ou seria sem sentido ou deixaria tudo como está, pois seria tão somente um discurso sobre os outros discursos. Por isso, praticar ontologia tem de ser visto como um ato duplamente excessivo, pois excede os limites estabelecidos pela forma atual da universidade e também exige um esforço excedente, pois requer uma atenção às formas de doação e apreensão e não apenas aos conteúdos. O lugar problemático da ontologia contemporânea deve-se, contudo, a suposições ontológicas bem difundidas, a saber, a posição subjetivadora moderna que faz tudo girar em torno de um tipo de ser especial, a consciência, e a posição relativizado-

ra contemporânea que faz tudo se dissolver nas diferentes gramáticas. **Em franca oposição a essas posições, aqui a ontologia é pensada como o esforço pelo qual nós podemos compreender a interdependência de todas as coisas e o entrelaçamento dos acontecimentos.** Desse modo, podemos mostrar que a recusa da ontologia e da metafísica indica a vontade de soberania, relativizadora de todo e qualquer liame que pudesse pôr em questão o poder de constituição do sujeito moderno e o poder destrutivo/construtivo da máquina linguística contemporânea.

A pretensão da **análise ontológica** desses temas é mostrar, como foi dito, a indispensabilidade das noções ontológicas. As perguntas “o que há?” e “como é o que há?” são o início da ontologia enquanto disciplina do pensar investigador. O seu respondimento esgota a tarefa positiva do saber, pois, dada uma situação, conhecer o que nela há e como é isso que ali há é suficiente para termos ciência da situação e para bem falar. Todavia, a pergunta propriamente filosófica é mais ampla e formula-se em duas questões: “o que é isso que há?” e “em que sentido se diz ‘é’ e ‘há?’”. Trata-se agora, por um lado, não apenas de saber o **que** e o **como** do que há, mas de saber o ser disso que **há**; e, por outro, trata-se de explorar o conceito de ser para além daquilo que há, as possibilidades e impossibilidades de ser que não estão dadas na situação. O meio pelo qual o pensamento se libera da realidade e de suas determinações é a exploração do espaço lógico das possibilidades, para isso recorrendo à variação categorial e principial, na forma de um quadro de categoriais e de princípios capazes de apreender os nexos de sentido da situação. Dada uma situação da qual se pode dizer que há ali duas pessoas e uma arma, ainda não está dito o que é essa situação; do mesmo modo, dada uma situação da qual se pode dizer que há ali um conjunto de átomos sob uma determinada estrutura, ainda não se disse se é um evento meramente físico ou se é talvez um sinal significativo. Desse modo, esperamos poder mostrar que a ontologia, como disciplina do pensar refletido, continua a ser uma condição para o exercício da filosofia.

## LEITURAS SUGERIDAS

A discussão atual de ontologia está diretamente associada ao modo como o pensador norte-americano W. V. Quine se posicionou sobre o assunto. A posição de Quine define-se por uma tese sobre como nos comprometemos com a existência de entidades e sobre como se deve entender a noção de existência, exposta sobretudo nos textos “Sobre o que há” e “Relatividade ontológica”, publicados no volume *Relatividade ontológica e outros ensaios*; trad. O. Porchat e A. Loparic; *De um ponto de vista lógico*, trad. L. H. dos Santos e al. São Paulo, Abril, 1980. A posição de Quine é considerada e criticada no livro do filósofo britânico, Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica, uma introdução à Filosofia*. Além disso, para uma visão sistemática do lugar da ontologia no pensamento filosófico, o livro do filósofo teuto-brasileiro Bruno L. Puntel, *Estrutura e Ser*, é indispensável.

## REFLITA SOBRE

Qual o sentido da expressão *há* nas frases “há uma bola no armário”, “há um personagem no livro” e “há um número primo na sequência 100 a 111”? O “há” e o “existe” são usados sempre no mesmo sentido? Quais são os critérios usados para dizer-se que há ou existe alguma coisa?